

Congresso adia recesso para votar projetos

MAT 1981

BRASÍLIA — O governo poderá pedir o adiamento do início do recesso parlamentar, marcado para julho pela Constituição, como forma de votar os primeiros itens do Projeto de Reconstrução Nacional, o *Projetão*, enviados ao Congresso em regime de urgência. "Há um risco de não termos recesso", avaliou o líder do governo, senador Marco Maciel (PFL-PE). Para ele, todos os projetos, como a nova política salarial e o plano de custeio e benefícios da Previdência, são importantes e o "Congresso tem que fazer um esforço para aprová-los no prazo de urgência". De acordo com a Constituição, os parlamentares têm 90 dias para votar os projetos definidos como "urgentes" pelo Executivo.

No caso da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Congresso tem até 30 de julho para votar. Maciel adiantou que o único projeto ainda não enviado ao Congresso — sobre salários de servidores civis e militares —, chegará hoje ao Legislativo. Após ter causado polêmica com a proposta de indexar salários até três mínimos, Maciel evitou o tema. "Não quero falar antes de conversar com o governo", esquivou-se, mas admitiu que conversou com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, na quarta-feira. Passarinho garantiu que a proposta era do senador, e não do líder do governo. Reticiente, Maciel recuou: "O compromisso do governo é com o mínimo. Acima disso, vale a livre negociação".

No PMDB, as declarações do ministro provocaram indignação do líder em exercício, deputado Germano Rigotto (RS). "Isso é uma estratégia do governo para prejudicar a negociação dos projetos encaminhados ao Congresso e, assim, justificar, mais adiante, o uso das medidas provisórias pelo presidente da República", criticou.

JORNAL DO BRASIL